

Mulheres não se elegem em 5 estados

(Diário de Cuiabá, 14/10/2014) Mato Grosso é um dos cinco estados brasileiros que não elegeram nenhuma mulher para a Câmara Federal. Os outros são Alagoas, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe.

Dos 513 deputados federais eleitos no último dia 5 de outubro, 51 são mulheres, o que significa um aumento de 13,33% na bancada feminina na Câmara dos Deputados na próxima legislatura, que começa em fevereiro, em relação às 45 mulheres eleitas em 2010 para o cargo. Os números foram extraídos nesta segunda-feira (13) das Estatísticas de Resultados das Eleições 2014.

Nas eleições de 2014, o número de candidatas aptas que disputaram o cargo deu um salto bastante expressivo, chegando a 1.765, contra 935 em 2010.

Isso corresponde a um aumento de 88,77%.

Rio de Janeiro e São Paulo elegeram seis deputadas federais cada um; Minas Gerais, cinco; e Amapá, Bahia, Pará e Tocantins, três por estado. Em seguida vêm Ceará, Goiás, Paraná, Piauí, Rondônia e Roraima, com duas candidatas eleitas em cada.

Já Acre, Amazonas, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul elegeram uma deputada federal cada.

Além da própria conscientização feminina e da sociedade nos últimos anos, o aumento no número de candidatas ao cargo de deputado federal nas eleições de 2014 resulta da Lei nº 12.034 (primeira minirreforma eleitoral), aprovada em 2009.

Ela obriga que as candidaturas aos cargos proporcionais - deputado federal, estadual ou distrital e vereador - sejam preenchidas (e não apenas reservadas, como era antes) com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de

cidadãos de cada sexo.

Em 1997, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504) passou a prever a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais.

A Lei nº 12.034 estipulou, então, essa obrigatoriedade, alterando o texto do parágrafo 3º do artigo 10 da Lei das Eleições.

Contribuiu também para elevar o número de candidatas a campanha Mulher na Política, lançada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em março deste ano.

A campanha incentivou as mulheres a participarem das eleições de 2014 em todos os níveis.

A iniciativa, que recebeu o apoio do Congresso Nacional, foi amplamente veiculada na televisão, no rádio e por meio de cartazes.

Acesse no site de origem: [Mulheres não se elegem em 5 estados \(Dário de Cuiabá, 14/10/2014\)](#)

Em uma semana, três ativistas foram assassinados em Mato Grosso

(Fórum, 19/08/2014) O presidente da Associação de Produtores Rurais Nova União (ASPRONUJ), Josias Paulino de Castro, 54, e sua esposa, Ireni da Silva Castro, 35, foram assassinados no último sábado (16), no Distrito de Guariba, no município de Colniza. De acordo com amigos, Castro já havia denunciado que corria risco de vida e que, uma semana antes de seu assassinato declarou que teria de ser assassinado pra que acreditassem nele e que tomassem providências.

De acordo com informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Josias Paulino de Castro, teria denunciado políticos da região por extração ilegal de madeira e também teria alertado para a presença de pistoleiros na região. Em uma última reunião da qual participou Castro alertou os companheiros da situação.

“Estamos morrendo, somos ameaçados, o Governo de Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o Governo Federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências”, disse Josias no dia 5 de Agosto.

De acordo com a Polícia Civil, o casal foi baleado com uma arma 9mm, que é de uso restrito e que Ireni levou um tiro na mão. O delegado Marco Bortolotto Remuzzi, da Polícia Civil Judiciária, abriu inquérito e investiga o caso de duplo homicídio. Ainda não há pistas sobre os responsáveis pelo assassinato.

Assassinada ex-presidente do sindicato de trabalhadores rurais no Mato Grosso

Na última quinta-feira (13), a ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de União do Sul, em Mato Grosso, Maria Lúcia do Nascimento, também foi assassinada. Nascimento vivia no assentamento Nova Conquista 2. Ela e mais 25 famílias haviam conquistado recentemente da justiça local a reintegração do assentamento à fazenda em que estava instalado.

Maria Lúcia Nascimento e outras famílias haviam sofrido ameaças do dono da fazenda, Gilberto Miranda, que foram registradas em Boletim de Ocorrência e em atas de denúncias feitas diretamente ao ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho. Segundo informações, as ameaças foram, inclusive, testemunhadas por oficiais de justiça.

A execução de Maria Lúcia Nascimento foi realizada dentro do assentamento. Testemunhas afirmaram que os disparos foram realizados por um funcionário do fazendeiro, que rondava a região há dias e intimidava os moradores.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (contag) está trabalhando junto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que o caso seja apurado pelas autoridades o mais rápido possível.

O secretário de Política Agrária da Contag, Zenildo Xavier, acompanha pessoalmente o caso. “É o nosso papel denunciar e fazer com que esse assassino e o mandante vá para a cadeia. É inadmissível essa situação, que acontece em vários estados. Onde isso vai parar? Trabalhadores estão morrendo, outros sofrem ameaças e seus executores e ameaçadores estão ficando impunes”, disse Xavier.

Acesse no site de origem: [Em uma semana, três ativistas foram assassinados em Mato Grosso \(Fórum, 19/08/2014\)](#)

Justiça reconhece que transgênero pode usar banheiro feminino na empresa em MT

(O Estado de S. Paulo, 27/06/2017) A Justiça do Trabalho de Mato Grosso reconheceu esta semana, em decisão inédita no Estado, que o trabalhador transexual tem o direito de usar o banheiro feminino. A decisão foi tomada durante julgamento de ação por danos morais ajuizada por uma mulher na Vara do Trabalho em Alta Floresta (775 km de Cuiabá, na Região Norte do Estado) contra um frigorífico.

A mulher alegou danos morais porque a empresa a fazia dividir o vestiário com “uma pessoa do sexo masculino, com nome feminino”. A juíza do Trabalho em Alta Floresta, Claudia Servilha, negou o pedido por danos morais.

O presidente da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas (ABGL) em Mato Grosso,

Clóvis Arantes, disse que foi surpreendido com a decisão, mas ficou entusiasmado.

“É um ganho para a humanidade. É quebrar tabu e paradigmas enormes”, destacou.

Na ação, a mulher alegou que sentia-se “violada em sua privacidade e que se sentia constrangida por ter de despir-se no mesmo ambiente no qual o homossexual também fazia uso”. A empresa em sua defesa afirmou que estava cumprindo as normas e que a reclamante estava cometendo crime de discriminação contra o colega homossexual. O representante da empresa afirmou que “tratava-se de um transexual”.

Uma testemunha apresentada pela empresa confirmou que, embora a pessoa em

questão possua órgão sexual masculino, se apresenta como mulher: tem seios e usa cabelos compridos.

Separação por sexo. Em sua sentença, a juíza observou que norma do Ministério do Trabalho prevê a separação de vestiários apenas por sexo. Para decidir o caso, a juíza levou em consideração os princípios gerais do Direito, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e especificamente nas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Claudia baseou-se ainda nos Princípios de Yogyakarta, destacando que um deles diz: “A orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade humana de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso”. Com base nesses princípios, a magistrada entendeu que não seria razoável que um trabalhador transgênero, com sentimentos e aparência de mulher, fosse obrigado a utilizar vestuário masculino. Ela ressaltou ainda que obrigá-lo a utilizar um vestuário particular, específico, seria também reafirmar o preconceito e a discriminação.

Salientou também que as operárias não eram obrigadas a despir-se

totalmente e as roupas íntimas se assemelham em geral às de banho, usadas em praias e piscina. Claudia disse também que “eventual desconforto da reclamante, advindo de convicções sociais e religiosas não podem configurar dano moral”.

Fátima Lessa

Acesse em pdf: [Justiça reconhece que transgênero pode usar banheiro feminino na empresa em MT \(O Estado de S. Paulo, 27/06/2014\)](#)

Para promotora, possibilidade de suspender processo é a “morte” da Lei Maria da Penha

(Câmara Notícias, 10/04/2014) A promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso, Lindinalva Rodrigues, disse há pouco que a possibilidade de suspensão condicional dos processos de violência contra a mulher e formação de acordos significa “a morte da lei”. Esse é considerado o ponto mais polêmico do Projeto de Lei (PL) 4501/12, que altera a Lei Maria da Penha (11.340/06), a qual hoje não prevê essa possibilidade. A proposta está sendo discutida em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Segundo Lindinalva, o problema enfrentado hoje é a não aplicação da Lei Maria da Penha. Ela considera a legislação “exemplar”, mas diz que ainda é ignorada pelos próprios operadores jurídicos. Conforme a promotora, a lei é aplicada apenas em algumas capitais e de forma precária. Ela disse que não há estrutura para a fiscalização dos acordos. Além disso, acredita que os acordos beneficiariam apenas o réu, deixando a vítima com a sensação de impunidade.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Para promotora, possibilidade de suspender processo é a “morte” da Lei Maria da Penha](#)

58% dos que não trabalham são mulheres, idade entre 25 e 34 anos

(O Globo, 30/03/2014) Bernardo Brito diz que não tem pressa para voltar ao mercado de trabalho. Tem 32 anos, dez de formado em Matemática e especialização em Estatística, com passagens por empresas de marketing. Depois de ter sido demitido do último emprego, em uma vaga diferente da que queria, diz que agora está dando um tempo. Ele afirma que oportunidades existem e vão continuar a existir.

— Estou vendo isso tudo como uma grande oportunidade de parar para pensar e escolher o que é melhor para mim. Tenho formação boa, currículo, empregabilidade. As oportunidades estão aí. Mas, independentemente do que está sendo oferecido, tenho que achar uma vaga na qual eu faça o que eu quero — afirma.

No rol de opções estão um doutorado em Inteligência Computacional, estudar para concurso ou até uma nova investida no mercado para achar uma função mais ligada a seu perfil.

Renata Carvalho, de 28 anos, é outra que está fora do mercado, por enquanto. Não tem medo de dizer que a situação, ao menos para ela, está difícil. Experimentou trabalhar em agências de publicidade desde que se

formou, em 2008, mas diz que foi vencida pelo cansaço, salário baixo e falta de perspectiva. Agora, faz um mestrado para tentar se tornar professora.



Renata Carvalho: Tem 28 anos. Formada em Comunicação diz que enfrenta desde que se formou salários baixos e falta de perspectivas. Hoje faz Mestrado e espera que qualificação a leve para uma vaga melhor. Foto: Fabio Rossi

A baiana Lália Sousa, de 28 anos, também está fora do mercado. Mora em Madre de Deus, região metropolitana de Salvador. É mãe de Sophia, de 6 anos, e da pequena Elisa, com 8 meses. Quando a primeira filha nasceu, a técnica de documentação de uma empresa do setor de óleo e gás disse que não queria nem tinha condições financeiras para parar. Separou-se, casou novamente. Lália e o marido trabalhavam na mesma empresa. Os contratos terminavam ao fim de cada obra. Com isso, passaram por uma fase de muitas mudanças, que incluiu o Rio de Janeiro, Volta Redonda e Salvador, onde moram atualmente. Da segunda vez que engravidou, decidiu que largaria o emprego depois do término da licença maternidade.

O Brasil nunca teve tanta gente fora do mercado de trabalho. No ano passado, esse movimento se intensificou e chamou a atenção de especialistas que passaram a ver na saída de trabalhadores uma das respostas para o país continuar a exibir desemprego baixo, mesmo quando a atividade econômica patina. Um caleidoscópio de razões pessoais está por trás da decisão de ficar fora da força de trabalho: cuidar de filhos, estudar, mudar de vida. Mas Bernardo, Renata e Lália fazem parte de um grupo ainda mais restrito. O de pessoas que, embora fora do mercado e, mesmo sem procurar ativamente uma vaga, estariam dispostas a trabalhar se surgisse uma oportunidade.

Esse grupo hoje é formado por 561 mil pessoas que representam uma força de trabalho potencial. Grupo que equivale praticamente à população de Cuiabá (MT) e à metade dos desempregados nas seis principais regiões do país, segundo o IBGE. São, na maioria, pessoas de 18 a 34 anos, bem qualificadas — com ao menos o ensino médio completo. Na maior parte, é

formado por mulheres e por filhos que ainda dependem dos pais.

— É um grupo que tem um perfil diferente dos que estão fora do mercado e não querem ou não podem trabalhar, formado, sobretudo, por adolescentes e idosos, com no máximo o fundamental completo — observa Adriana Beringuy, técnica do IBGE, responsável pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Se esse contingente decidisse voltar ao mercado de trabalho ao mesmo tempo, o movimento seria suficiente para fazer a taxa de desemprego saltar dos atuais 5,1% (dado de fevereiro, da Pesquisa Mensal do Emprego, do IBGE) para 7,2%.

— E traria reflexos para a renda. Ao se aumentar a oferta de mão de obra, os salários poderiam começar a cair — afirma Gabriel Ulyssea, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para quem a discussão sobre pleno emprego ainda é muito focada na taxa de desocupação.

— Num ambiente de confiança, com mais renda, as pessoas pensam que podem sair e conseguir retomar depois — afirma o economista Sergio Besserman Vianna, ex-presidente do IBGE e professor da PUC Rio.

O aumento do rendimento nos últimos dez anos parece ser a explicação mais recorrente para a mudança de configuração do mercado de trabalho. Com a família ganhando mais, muitos jovens estariam confortáveis para sair do mercado de trabalho. Neste grupo de mão de obra de “reserva”, 16% estavam estudando em alguma escola ou universidade.

No caso de Bernardo e de Renata, o apoio dos pais foi fundamental na decisão de deixar de procurar emprego. Hoje cerca de um em cada quatro jovens de 25 a 34 anos ainda mora com pais. Bernardo lembra que ao decidir deixar o trabalho na primeira vez, há cerca de dois anos, a mãe pediu para que ele continuasse trabalhando. A família tinha dívidas na época. Dessa vez, recebeu apoio irrestrito para parar. Renata também teve o suporte do pai, bancário aposentado, com quem mora em Campo Grande, na Zona Oeste, e que sustenta a casa com uma renda de cerca de cinco salários mínimos.

— Mais do que nunca, a decisão de trabalhar ou de se retirar do mercado de trabalho é uma tomada em família, principalmente para os jovens — afirma o

professor Carlos Alberto Ramos, economista da Universidade de Brasília (UnB).

No caso de Lália e de mulheres que deixam o trabalho para cuidar dos filhos, o suporte vem do marido. Ela diz que está disposta a voltar ao trabalho, se surgir uma oferta vantajosa. Poria a filha em uma creche, já que teve que dispensar a babá, depois que a regulamentação do trabalho doméstico tornou o serviço mais caro.

— Ficou difícil arcar com os custos de ter mais de uma pessoa trabalhando em casa (ela tem uma empregada).

Ulyssea, do Ipea, lembra que as brasileiras ainda têm uma baixa participação no mercado de trabalho em comparação com as americanas. Segundo ele, enquanto entre as brasileiras, a parcela das que trabalham e procuram emprego está em 49%, no caso das americanas fica em 60%. Para ele, menos mulheres retornam ao mercado de trabalho após terem filhos.

Mão de obra de “reserva” tem diminuído

Transporte público precário também afasta potenciais trabalhadores do mercado. A distância entre a casa em Campo Grande, na Zona Oeste, e a Uerj, no Maracanã, onde estuda, foi um dos motivos que fez Renata desistir de uma oferta de emprego na Barra da Tijuca. Só para chegar à universidade, gasta duas horas de ônibus. A mesma limitação ocorre na hora de buscar emprego.

— Preferi me dedicar só ao mestrado. Até porque o salário era pouco e não tinha para onde crescer. O problema foi que a bolsa (do mestrado) não saiu, mas de qualquer forma seria inviável trabalhar — conta.

Apesar de ainda deixar de fora do mercado mais de meio milhão de trabalhadores, este contingente vem diminuindo ano após ano. Reflexo da melhora no mercado de trabalho em geral, que mostra declínio sucessivo da taxa de desemprego. Em fevereiro de 2009, o grupo contava quase um milhão de pessoas. A taxa de desemprego na época era de 8,5%.

Para o economista especialista em mercado de trabalho Claudio Dedecca, da

Unicamp, a incorporação desse grupo depende de políticas públicas, como a ampliação da oferta de creches, e não resolve por si só o problema da baixa produtividade.

— São pessoas que só vão trabalhar se as condições de trabalho forem compatíveis e cobrirem os custos que teriam. Mas como incorporar essas pessoas quando estamos desprovidos de políticas de qualificação? — indaga.

Acesse o PDF: [58 % dos que não trabalham são mulheres, idade entre 25 e 34 anos](#)

Mantida em cárcere por 20 anos sai de abrigo e quer ‘vida sem medo’

(G1, 25/03/2014) A dona de casa Cira Gina Silva, de 45 anos, mantida em cárcere privado pelo marido por pelo menos 20 anos em Campo Grande, saiu de um abrigo para vítimas de violência na segunda-feira (24), após uma estadia de 3 meses e meio. Agora na residência do pai, ela faz novos planos. “Quero uma vida normal, sem medo”, disse ao G1.



Vítima de cárcere privado sai de abrigo e diz que quer levar uma vida normal (Foto: Glaucea Vaccari/G1)

O suspeito está preso, mas nega a denúncia. O crime foi descoberto e denunciado por vizinhos em dezembro do ano passado.

Além de Cira Gina, os quatro filhos do casal eram impedidos de sair de casa - alguns só podiam ir à escola. Na época em que o caso veio à tona, os filhos tinham 5, 10, 13 e 15 anos. Apenas três deles estudavam, pois o mais velho foi retirado do colégio pelo pai em 2013. A justificativa do homem para isso foi que o garoto havia sofrido ameaças de morte. Todos os irmãos eram proibidos de falar aos colegas sobre a situação que viviam dentro de casa.



Mulher reencontrou o pai após 3 meses em abrigo para vítimas de

violência (Foto: Glaucea Vaccari/G1)

A mulher conta que trabalhava como doméstica na época em que se casou com o companheiro. Assim que foi morar com ele, descobriu seu lado violento.

“Ele disse que eu nunca mais ia sair de casa”, relatou. Em todas as quatro gestações, a dona de casa foi para a maternidade dar à luz, mas, diante das ameaças sofridas, não teve coragem de contar a ninguém sobre a violência doméstica.

“Eu tinha medo dele. Só de entrar em casa, eu já sabia que ele ia beber e bater em nós”, afirmou.

Os filhos do casal saíram em fevereiro do abrigo para vítimas de violência e estão morando atualmente com um tio materno. Para a mãe, reencontrá-los foi um alívio.

“Agora é outra vida. Quero estudar, trabalhar, cuidar dos meus filhos. É um sonho para mim”, destacou Cira Gina.

A dona de casa vai receber acompanhamento de assistentes sociais, e seu pai está construindo uma casa para que ela possa morar com os filhos.

“Não estou mais com medo, agora estou me sentindo segura”, disse. Sobre o ex-marido, a mulher espera que ele fique preso e, caso seja solto, não a procure mais.

Acesse o site de origem: [Mantida em cárcere por 20 anos sai de abrigo e quer ‘vida sem medo’](#)

Relatório da CPMI da Violência contra a Mulher

(*Agência Patrícia Galvão*) No último dia 27 de agosto, em sessão solene, o Congresso Nacional entregou à presidenta Dilma Rousseff o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher. Presidido pela deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) e relatada pela senadora Ana Rita (PT/ES), o colegiado trabalhou por quase um ano e meio e produziu um relatório com mais de mil páginas, que relatam as 37 reuniões e 24 audiências públicas e visitas realizadas pela Comissão em 18 Estados, além de [propostas de alteração na legislação que trata da violência contra as mulheres](#). Entre as mudanças sugeridas pela CPMI, [o Senado aprovou no dia 29 de agosto quatro proposições](#), incluindo a que tipifica a agressão a mulheres como tortura.

A Agência Senado produziu uma edição especial do 'Jornal do Senado' sobre o tema, intitulada [O inferno das mulheres](#).

A [Rádio Câmara](#) também produziu um especial, subdividido em programetes ao longo de uma semana.

Leia [aqui](#) a íntegra do relatório da CPMI.

Para buscar reverter o cenário descrito no relatório da CPMI, numa parceria entre os poderes Executivo e Judiciário, foi criada a [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) - que tem por objetivo efetivar a implementação da Lei nº 11.340/2006 e dar celeridade aos julgamentos dos casos de agressões a mulheres. A campanha é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério da Justiça (MJ), do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPGE), Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).